



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TÂNIA MARIA DOS SANTOS SILVA

**O Serviço Social e o Fenômeno da Violência Escolar: Um Estudo Bibliográfico
Sobre a Violência Simbólica**

Campina Grande

2016

TÂNIA MARIA DOS SANTOS SILVA

**O Serviço Social e o Fenômeno da Violência Escolar: Um Estudo Bibliográfico
Sobre a Violência Simbólica**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de serviço social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito para obtenção do título de Bacharel em serviço social.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Noalda Ramalho

Campina Grande

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586s Silva, Tânia Maria dos Santos
O serviço social e o fenômeno da violência escolar
[manuscrito] : um estudo bibliográfico sobre a violência simbólica
/ Tânia Maria dos Santos Silva. - 2016.
35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho, Departamento de Serviço Social".

1. Violência escolar. 2. Violência simbólica. 3. Educação institucionalizada. I. Título.

21. ed. CDD 371.782

TÂNIA MARIA DOS SANTOS SILVA

**O Serviço Social e o Fenômeno da Violência Escolar: Um Estudo Bibliográfico
Sobre a Violência Simbólica**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em serviços social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I- Campina Grande – PB.

Aprovado em: 03 / 11 / 2016

Nota: 10,0 (083)

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Profª Drª Maria Noalda Ramalho - DSS/CCSA.UEPB
Orientadora

Thereza Karla de Souza Melo

Profª Me. Thereza Karla de Souza Melo - DSS/CCSA.UEPB
Membro da Banca Examinadora

Maria das Graças Cabral

Me. Maria das Graças Cabral - Assistente Social Supervisora de Campo
Membro da Banca Examinadora

CAMPINA GRANDE

2016

Dedico este trabalho ao meu querido esposo, Eduardo, pelo companheirismo e pela força que sempre me deu em meio a esta caminhada. Você é, sem dúvida, o grande responsável pela realização do meu sonho. Sem você nada disso teria sido possível. Muito Obrigada!

Também Dedico este trabalho à memória de minha avó Zulmira, a quem eu chamava carinhosamente de Vó de Pedro, e à memória do meu querido sogro Sr. Manoel. Para mim, ambos foram exemplos de sabedoria, humildade e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao Espírito Santo, que permitiu a realização do meu sonho e que, ao longo de minha vida, tem sido meu porto seguro, minha fonte de inspiração, onde encontro forças e ânimo novo para seguir adiante; o que me faz crer que sem a sua presença e a intercessão da Virgem Maria eu não teria conseguido.

Agradeço de forma especial ao meu esposo, Edu, que, de forma carinhosa e paciente, sempre esteve ao meu lado, me apoiando nos momentos de dificuldades com palavras de incentivo e fé, às vezes acreditando em mim até mais do que eu mesma acreditava. Você foi mais que especial, você foi tudo. Te amo. Muito obrigada.

Aos meus filhos Pablo e Juninho e minhas filhas Pollyana e Érika, por entenderem que os meus caminhos não foram fáceis. Serei eternamente grata por todo apoio emocional e espiritual que a mim dedicaram. Obrigada por estarem sempre comigo. Amo vocês.

Ao meu netinho Bruno e minha netinha Nathalia que, no auge de suas inocências, de forma angelical sempre iluminaram meus dias com muito amor.

A meu genro Maxsuel e minhas noras Isabella e Jaynara, por toda solidariedade que me dedicaram nos momentos difíceis.

À Jaynara, de forma particular, pela disponibilidade em me escutar e por suas valiosas contribuições para construção deste trabalho.

Aos meus pais, José Gomes e Zeneide, por todo o amor que me deram, além da educação e ensinamentos, me fazendo uma pessoa íntegra e honesta.

A minha irmã Tatiana, meu cunhado Claudio e família por fazerem parte dessa conquista tão importante para mim.

A meu irmão Tarcísio, minha cunhada Divaneide e família por fazerem parte da minha história e torcerem por mim, meu sincero agradecimento.

À Rafella, uma amiga que fez a diferença em minha vida, incentivando-me a nunca desistir e persistir sempre e a Andersson, seu esposo e meu amigo, pela amizade sincera que a mim dedica.

A Robinho, filho de coração, obrigada por fazer parte dessa história, pelos muitos cafezinhos que você preparou para os fins de tarde em família.

A todos os docentes do curso de serviço social, por me proporcionarem o conhecimento, mas especialmente por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça aos grandes docentes dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos e sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Noalda Ramalho, pela sabedoria e determinação com que me orientou durante a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento por caminhar junto comigo nessa jornada.

À Prof^a Me. Thereza Karla de Souza Melo e a Me. Assistente Social Maria das Graças Cabral, por aceitarem o convite para fazer parte da minha banca examinadora. Obrigada por me darem a honra de tê-las comigo nesse momento tão especial da minha vida.

À UEPB, que possibilitou a janela da qual hoje vejo um horizonte superior, com grandes desafios a enfrentar, mas também com possíveis possibilidades.

À minha querida turma de 2010.2, todo meu agradecimento por tantas manifestações de carinho e amizade que recebi de vocês. Três anos de caminhada com vocês valeu todo o curso.

A todos os profissionais que fazem a Escola Municipal Ana Azevedo, obrigada por todo carinho e respeito com o qual me receberam na instituição durante um ano e meio de estágio, que resultou em uma rica experiência e amizades para vida.

À assistente social, Maria das Graças Cabral, com quem aprendi a prática e a verdade do dia a dia de trabalho do profissional de serviço social, meu sincero agradecimento por tudo que, com competência e profissionalismo, você me ensinou.

À Gilmara Alves e Ana Paula, amigas do estágio para a vida, sinceros agradecimentos por dividirem comigo esta rica experiência que foi nosso estágio.

À turma de serviço social 2011.2, que tive o prazer de conhecer e com a qual concluí o curso, desejo muito sucesso e bênçãos para todas e todos vocês.

À minha grande amiga Novinha e ao meu tio Pedro, que mesmo sem saberem foram exemplo de força, fé e determinação para mim nos momentos de dificuldades. Meu sincero agradecimento.

À Vanusa, amiga de todas as horas, que sempre me transmitiu uma energia positiva através da oração e da sua amizade sempre presente. Muito obrigada.

Por fim, porém não menos relevante, mas sem nominar, agradeço a todos os meus familiares, amigos e amigas que me dirigiu uma palavra de força e fé nessa caminhada. Enfim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, torceram por mim.

A escola sempre foi um refúgio contra a violência para crianças e adolescentes. Hoje, ironicamente, a violência está na escola.

Douglas Rodrigues da Silva

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	11
3. OS DIVERSOS TIPOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	14
4. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA.....	18
4.1 A escola e a violência simbólica.....	23
5. ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

RESUMO

A partir da concepção de que escola deve ser um espaço que tenha como finalidade o desenvolvimento intelectual do seu corpo discente e a preocupação com a construção da cidadania de cada um deles, o presente artigo apresentará em seu conteúdo um tema já muito discutido no âmbito escolar; entretanto, não menos relevante por se tratar da violência escolar que vem tomando proporções gigantescas nas escolas brasileiras. Contudo, o objetivo principal será abordar um tipo específico de violência escolar, a violência simbólica, que se faz presente de maneira considerável e preocupante no campo educacional, pois a educação institucionalizada é a protagonista principal da manutenção do “poder simbólico”, o qual submete os discentes e, até mesmo, os docentes àqueles que detêm o poder para, desta forma, alcançar seus objetivos. Assim sendo, o referido artigo contempla um estudo bibliográfico, onde se abordou fundamentações teóricas de autores como: Pierre Bourdieu (1989) autor do conceito de violência simbólica; Michel Foucault (1987); Paulo Freire (1987), Miriam Abramovay (2002); bem como, outros autores que tratam da temática em discussão. A partir dos resultados desta pesquisa bibliográfica, obtivemos uma melhor compreensão sobre o que é a violência simbólica, por meio de uma visão crítica, ética e política, que possibilite um estudo mais aprofundado para a identificação desse fenômeno.

Palavras-chave: Violência Escolar. Violência Simbólica. Educação Institucionalizada.

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar e falar sobre a violência não é algo muito simples frente à complexidade que envolve o tema, pois muitas são as facetas da violência que advém de diversos fatores, entre eles: sociais, econômicos e políticos. O fenômeno da violência não é novo, tendo em vista que sempre existiu na sociedade, entretanto, nos dias atuais o número de violências no campo da educação vem aumentando demasiadamente.

A violência se destaca como um problema na sociedade que se apresenta de diversas maneiras, nas diferentes classes sociais, em diversos ambientes e gêneros e é preciso considerar que existem determinados grupos que são mais vulneráveis. Seus conceitos são os mais diversos, mas todo ato de violência pode ser caracterizado como ações, omissões que podem deter, impedir, ou retardar o desenvolvimento dos seres humanos (MALDONADO, WILLIAMS, 2005).

Para Rosa (2010), fato é que a escola também vem sofrendo os reflexos dos casos de violência que ocorrem externamente, pelo modo em que profissionais e

alunos se relacionam com suas famílias, amigos, ou seja, no próprio contexto em que vivem e isto também é reproduzido na escola e acaba gerando conflitos dentro deste ambiente, comprometendo o aprendizado bem como, as relações interpessoais.

As consequências destes atos de violência como: danos físicos; medo e insegurança; traumas; sofrimento e adoecimento dos profissionais; precarização das condições de trabalho, dentre outros, também são notórios, pois práticas efetivadas pelos próprios atores escolares como agressões morais, psicológica, física, discriminação racial, de gênero, depredações do prédio e equipamentos escolares, contribuem para a diminuição do processo de aprendizado e de socialização do indivíduo no ambiente escolar e o seu desempenho em diversas atividades (PARANÁ, 2010).

Conforme Souza (2012), na escola a violência pode se apresentar em dois modos: o primeiro ocorre por meio da violência verbal e física e o segundo por meio das relações de força, onde nos dois casos, ocorrem a construção e a auto reprodução de uma cultura da violência. Nas relações de força, destacamos a violência simbólica que na perspectiva Bourdieusiana se expressa na imposição autêntica e disfarçada, com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares.

Estas inúmeras manifestações de violência que podem se desenvolver dentro do ambiente escolar, em especial a simbólica como objeto de estudo, tem se tornado um problema difícil de ser encarado e para que haja resolutividade é necessária à participação concreta de todos aqueles que fazem parte deste ambiente, tais como professores, alunos, gestores, equipe multidisciplinar, dentre eles o assistente social e também a família. Pensando nisto, este artigo tem por objetivo abordar esse tipo específico de violência escolar, a violência simbólica, que tem tomado espaço considerável dentro do ambiente escolar.

O interesse pelo tema em questão nasceu na nossa experiência de estágio supervisionado em serviço social vivenciada no período de 29 de outubro de 2014 a 15 de junho de 2016, na Escola Municipal Ana Azevedo. A citada escola está localizada na Avenida das Nações, S/Nº, Bairro das Nações, Campina Grande – Paraíba.

A referida escola foi fundada no ano de 1949, com o intuito de atender à comunidade do Bairro das Nações, onde até os dias atuais desenvolve um trabalho

pedagógico frente a esta população. A construção da escola se deu em um terreno doado pela família Azevedo, que deu origem ao nome da escola, como forma de reconhecimento à referida família.

No momento atual, a escola conta com oito turmas, cento e setenta e cinco alunos matriculados e com as seguintes modalidades de ensino nos turnos manhã e tarde: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, disponibiliza, também, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os alunos que apresentam necessidades especiais.

Na época do estágio a instituição escolar contava com o Programa Mais Educação, que hoje não funciona mais porque o Governo Federal não liberou o recurso para essa finalidade, também contava com Educação de Jovens e Adultos (EJA), que conforme a secretária de educação, deixou de funcionar devido ao número de alunos, no entanto, o contexto mostra que esta providência foi para contenção de gastos.

No que se refere aos recursos humanos da escola, a mesma conta com um corpo docente composto por nove professores efetivados, dois professores contratados, uma professora de reforço efetivada, ambos com formação acadêmica em Licenciatura em Pedagogia, sendo quatro desses pós-graduados, todos apresentando uma extensa experiência na área do magistério. Conta, também, com uma professora de capoeira, uma gestora, uma assistente social, uma orientadora educacional, duas secretárias, um vigia efetivo, um vigia contratado, duas auxiliares de serviços gerais contratadas, duas efetivadas e três merendeiras efetivadas.

No ano de 2013 a Escola Municipal Ana Azevedo e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), através do Departamento de Serviço Social, firmaram uma parceria para implantação do estágio supervisionado. A temática aqui apresentada surgiu especificamente a partir do desenvolvimento de um projeto de intervenção contra a violência, surgido dessa parceria com a UEPB, o qual foi realizado pelo serviço social da escola, as estagiárias do curso de serviço social juntamente com a equipe técnica-administrativa da instituição. Projeto esse, que teve como título: “Trabalhando a Identificação e o Combate às Violências na Escola”, por meio do qual foram abordados vários tipos de violência, entre eles a violência simbólica.

A motivação para o desenvolvimento do referido projeto surgiu a partir de uma oficina temática realizada junto às famílias que, frente à realidade da comunidade escolar, e das muitas experiências de violências vividas pelo corpo docente,

discente e funcionários no dia a dia escolar, nos despertou inquietações acerca da naturalização das ocorrências de violências que acontecem no interior deste ambiente.

Assim sendo, para realização desse projeto usamos várias técnicas, como, por exemplo, as vivências em grupo, oficinas temáticas, reuniões com as famílias, questionários aplicados aos alunos e familiares; apresentações de vídeos, cartazes e dinâmicas, por meio das quais possibilitamos aos alunos e famílias a oportunidade de expressarem seus pensamentos, opiniões acerca do tema em discussão, o que resultou numa grande e rica troca de experiências, bem como de aprendizados.

Dessa forma, este artigo se propôs a realizar uma análise bibliográfica acerca da violência simbólica e suas abrangências, visando fortalecer o conhecimento e o aprofundamento da temática da violência de forma específica, colaborando para uma análise da própria conjuntura que estamos inseridos na perspectiva de contribuir para uma resolutividade dos conflitos persistentes neste ambiente.

A pesquisa bibliográfica é utilizada quando a temática a ser abordada ainda é pouco estudada e é realizada através de documentos de embasamento científico, dos quais se enquadram livros, periódicos, enciclopédias, artigos científicos, dentre outros, desde que os estudos sejam feitos direto nas fontes científicas de modo que isto auxilie os pesquisadores a não recorrer diretamente aos fatos ou fenômenos da realidade empírica (SÁ-SILVA, et al, 2009; OLIVEIRA, 2007)

O presente artigo, num primeiro momento, situa o fenômeno da violência escolar. Depois segue com a reflexão dos diversos tipos de violência praticados na escola para abordar, com mais clareza, a realidade desse ambiente e da violência simbólica. Por fim, é enfatizada a atuação do (a) assistente social no fenômeno da violência escolar. A discussão teórica será realizada elencando os conceitos de Pierre Bourdieu (1989) autor do conceito de violência simbólica; Michel Foucault (1987); Paulo Freire (1987); Miriam Abramovay (2002); bem como de outros autores que discutem o tema em questão.

2. O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Nos dias atuais a violência escolar tem sido uma das grandes inquietações da sociedade brasileira. Apesar de ser um fenômeno em desenvolvimento, segundo Abramovay (2002), ao contrário do que se imagina este não é um produto da

sociedade contemporânea, uma vez que suas raízes podem ser encontradas ao longo da história.

Na década de 1950 os Estados Unidos já realizavam estudos sobre o tema, porém, conforme Abramovay (2002),

Os primeiros estudos brasileiros datam da década de 1970, quando pedagogos e pesquisadores procuravam explicações para o crescimento das taxas de violência e crime. Na década de 1980, enfatizavam-se ações contra o patrimônio, como as depredações e as pichações. Já na maior parte da década de 1990, o foco passa a ser as agressões interpessoais, principalmente entre alunos (p. 29).

Assim sendo, o conceito de violência tem tomado diferentes formas no decorrer da história, devido às influências sociológicas e culturais, mas popularmente tal conceito ainda tem associação apenas com a agressão física.

Nesse sentido, Cazagrande, Peruzzolo (2012), afirmam que a violência do homem não está intimamente ligada apenas à sua natureza, mas na adaptação cultural, que se dá na ordem da cultura, além também das afinidades de ordem conflitantes. Sabendo que existe uma relação com o processo sócio cultural, a noção de violência tem sido utilizada para estudar os mais diferentes contextos e significados, inclusive, em diferentes linhas ideológicas e teóricas de pensamento, a exemplo da violência verbal, física, moral, policial, política, social e simbólica (ARAÚJO, 2004).

Nesse sentido, podemos observar que, no contexto atual, a violência escolar, advinda das muitas expressões da questão social, vem tomando grandes e graves proporções, gerando um relevante problema social que não fere apenas o físico das pessoas, mas também as suas subjetividades, pois se expressa de muitas formas, causando grandes conflitos individuais e coletivos no âmbito emocional e psicológico dos alunos, dos professores, de toda a equipe técnica administrativa da escola bem como, dos familiares.

Para Oliveira e Martins (2007), a construção da subjetividade humana e a vivência do homem em sociedade admitem revelar algumas hipóteses sobre a questão da violência, levando em conta que a violência não é um produto exclusivo da contemporaneidade; mas que, no entanto, é algo que nos dias atuais tem tomado um caráter cada vez mais violento. Assim, a forma como o fenômeno da violência se

expressa, aponta para comprovação da falta de palavras, ausência de diálogos e de uma visão crítica de quem assiste e também de quem vivencia a violência.

Assim, ainda segundo as autoras supramencionadas, a escola teria a função importante para proporcionar a abertura do diálogo, mas os meios de comunicação tendem a se manifestar de maneira sensacionalista e o que deveria chocar transforma-se em cultura de entretenimento, por este motivo há uma fragilização de procurar soluções e respostas para este fenômeno.

Nessa perspectiva, segundo Abramovay (2002), as violências nas escolas compõem um fenômeno preocupante, tanto pelas consequências que recaem sobre os que a praticam, como igualmente sobre os que sofrem, e os que testemunham. Assim sendo, contribuindo para que se retire da escola a condição de ser um ambiente onde se busca o conhecimento, um espaço agradável para se fazer novas amizades.

As consequências desses atos de violências se refletem de maneira negativa nas crianças, adolescentes e jovens, interferindo na aprendizagem e no desejo do corpo discente de se fazer presente a escola, motivado pela insegurança que esse fenômeno causa. Desta maneira, atingindo igualmente a vida do corpo técnico-administrativo, docentes e pais.

Abramovay (2002) complementa que a violência escolar não está apenas na relação entre os discentes, mas também ocorre em função do discurso dos docentes, gestores e dos demais profissionais da área. Deste modo, não há um consenso que só existe violência entre os discentes, mas entre todos os envolvidos na vida escolar.

Ainda assim, é interessante lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/1990) estabelece que os direitos da criança e do adolescente devem ser respeitados, independente da realidade de violências existentes na escola. Nesse sentido, o Estatuto coloca em seu Art. 5º que,

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990, art. 5º).

Assim sendo, estudar sobre violência escolar é algo muito mais complexo do que se possa pensar, pois pode representar tanto uma agressão física, como também o rompimento da liberdade e dos direitos do cidadão quando ocorre o desrespeito aos direitos humanos de modo que passe dos limites e invada a privacidade do outro. É a compreensão da violência a partir do descumprimento das leis e da falta de condições materiais da população, associando a mesma à miséria, à exclusão social e ao desrespeito ao cidadão (SILVA, SOARES, SILVA, 2006).

Partindo dessa percepção, em várias partes do mundo, e também no Brasil, pesquisadores têm buscado refinar o conceito de violência, levando em conta o público alvo, os jovens e o lugar da escola como instituição. As literaturas afirmam que não apenas a violência física deve ser contemplada, mas acentua a ética e a política, dando visibilidade também às violências simbólicas (ABRAMOVAY, 2002).

Isto indica, segundo a autora supramencionada, que é preciso uma reflexão mais profunda acerca do tema que envolve o fenômeno da violência escolar para poder compreendê-lo, pois este conta com fatores externos e internos à instituição que não podem ser desconsiderados. Por exemplo, os fatores externos envolvem o universo das questões de gênero, o espaço social em que a escola encontra-se localizada, as relações raciais e os meios de comunicação. Enquanto que nos fatores internos, é preciso considerar a relevância da faixa etária e o grau de escolaridade dos estudantes.

Nessa perspectiva, considerando a natureza do fenômeno da violência escolar, é preciso olhar a escola em sua totalidade, e não de maneira fragmentada, como se a escola não fosse parte do contexto social onde ela está inserida. Portanto, é preciso ter uma compreensão maior desse fenômeno que cresce a cada dia e que se encontra alicerçado no histórico domínio da classe hegemônica, onde a violência se apresenta de várias formas, como será observado de maneira mais profunda no item seguinte, a partir do embasamento em fundamentações teóricas de alguns autores.

3. OS DIVERSOS TIPOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Dentro do contexto escolar, há diversos tipos de violências que comprometem

o desenvolvimento da principal função social da escola, que é contribuir para o processo de aprendizagem de seus alunos e para o exercício da sua cidadania.

Segundo Abramovay (2002), são muitos os tipos de violências nas escolas que são considerados comuns. De forma particular na literatura norte-americana, o olhar se volta sobre as gangues, xenofobia e bullying. Na Europa, de maneira especial na França, os pesquisadores têm focado seus estudos nas incivildades no meio escolar. Para compreender melhor o que são as incivildades por meio da descrição empírica, Dûpaquier (1999) refere-se a:

- delitos contra objetos e propriedades (quebra de portas e vidraças, danificação de instalações etc.);
- intimidações físicas (empurrões, escarros) e verbais (injúrias, xingamentos e ameaças);
- descuido com o asseio das áreas coletivas (banheiros, por exemplo);
- ostentação de símbolos de violência;
- adoção de atitudes destinadas a provocar medo (poder de armas, posturas sexistas);
- alguns atos ilícitos, como o porte e consumo de drogas. (DÛPAQUIER, 1999 apud ABRAMOVAY, 2002, p 23).

No que se refere ao bullying, Melo (2012) aponta-o como uma das violências existentes no ambiente escolar que tem proporções muito preocupantes. O bullying é um termo em inglês usado para descrever atos de violência tanto física, como psicológica, ações intencionais e repetidas, atos esses praticados por um indivíduo conhecido no ambiente escolar como o “valentão” ou por um grupo de indivíduos, com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo ou outros grupos de indivíduos impossibilitados de se defenderem. A autora ainda coloca que o bullying é algo bárbaro e sem sentido, não importando a forma como ele acontece, pois tanto física, como verbalmente, são situações dolorosas que causam sofrimento às pessoas.

No contexto atual, a sociedade passa por inúmeras transformações, entre elas, nos deparamos com um novo tipo de violência, a ciberviolência, que tem causado inúmeros problemas para a vida social das pessoas, pois elas se tornam vítimas de ações agressivas em redes sociais. Esse tipo de violência, ligado diretamente ao mundo da tecnologia da informação e comunicação, tem sido também uma grande preocupação por parte das instituições escolares. Assim, para Simões (2010),

A ciberviolência consiste no recurso à tecnologia para ameaçar, humilhar ou intimidar alguém, seja por via de correio eletrônico, salas de conversas (chats), sites de relacionamentos, Messenger ou telemóvel. Lançam-se boatos na rede, fotografias que muitas vezes são retocadas e modificadas (verdadeiros ou falsos) (SIMÕES, 2010, s/p).

Ainda segundo a autora supracitada,

Uma das grandes diferenças entre o bullying tradicional e o cyber-bullying é o fato de, neste último, os jovens não estarem frente a frente e, por vezes, nunca chegam a saber quem é o agressor, sendo que as ações são muitas vezes praticadas por simples entretenimento, sem que os agressores conheçam as vítimas. Por outro lado, este tipo de violência ultrapassa os portões da escola para um plano virtual, onde todos têm acesso a elas. Há notícias de casos de jovens vítimas deste tipo de violência escolar com desfechos dramáticos. (SIMÕES, 2010, s/p).

Assim, podemos perceber que a violência também chegou à internet e o quanto este tema é abrangente e tem tomado grande espaço no cotidiano da vida das famílias, das instituições e de toda sociedade, que parece viver cercada por uma onda gigantesca de violência.

Para Senra (2010), sofrer perseguição e ser coagido por parte da comunidade escolar, o bullying, não é um episódio reservado apenas ao corpo discente, pois os professores também sofrem com o desrespeito dos discentes. A exemplo disso, em vez de aviõezinhos de papel, os estudantes de hoje se vingam dos professores utilizando a internet, criando comunidades e sites com difamações e xingamentos. O que seria uma espécie "ciberbullying às avessas".

No que diz respeito à xenofobia, que também pode ocorrer no espaço da escola, Moraes (2016) coloca que o seu significado dependerá do contexto em que ela estiver sendo utilizada, pois, por apresentar um significado amplo, poderá também ser caracterizada como um transtorno psiquiátrico ou como uma forma de preconceito e racismo. Contudo, a xenofobia como forma de preconceito tem sua caracterização na aversão e discriminação dirigida a pessoas de outras raças, culturas, crenças e grupos. Essa aversão pode desenvolver sentimentos de ódio, causando antipatia e preconceito com tudo o que a pessoa julgar ser diferente.

Assim, entre tantos tipos de violências escolares, também encontramos a violência contra a mulher, que não pode ser considerada um produto da sociedade

contemporânea, pois historicamente essa violência ocorre há séculos, e em todas as camadas sociais. A Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, instituída em 7 de agosto de 2006, por sua vez, traz um conceito completo sobre o que caracteriza a violência contra a mulher,

Art. 5º Para os efeitos desta Lei configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos. (BRASIL, 2006 art. 5º, Inc I, II, III e art. 6º).

Nessa perspectiva, Santos (2001) complementa assinalando que,

Temos que entender a violência como relação de sociabilidade presente na escola, trazida ao espaço escolar por uma dupla fonte: ou como expressão de um autoritarismo pedagógico ou como transferência de uma norma social. A primeira, afirmando uma fórmula repressiva de conduta professoral na sala de aula; a segunda, marcada pela violência que rege as relações interpessoais em grupos sociais particulares, as quais se manifestam como normalidade no cotidiano dos alunos e de suas famílias e, por este entendimento, esta violência doméstica se transfere para o espaço escolar (SANTOS, 2001, p.115).

Desta forma, podemos observar que a violência contra a mulher vai além das agressões físicas, e não escolhe raça, idade ou condição social. O grande problema é que as mulheres acabam ocultando as violências sofridas contra elas, levadas pelo medo que tem dos seus agressores e pela vergonha que sentem diante da sociedade, da família e dos amigos, além de em alguns casos até mesmo dependerem financeiramente dos seus companheiros. Nas escolas, a violência contra a mulher também ocorre e, muitas vezes, de maneira bem silenciosa e disfarçada.

Nessa percepção, podemos entender o quanto uma educação emancipadora é necessária e importante nas escolas, para desconstruir paradigmas impostos pelo

sistema capitalista, pois essa educação no âmbito escolar seria de fundamental importância no combate a esse problema social, que atinge toda sociedade por meio dos vários tipos de violências já citados aqui, bem como, por exemplo, no combate à violência de gênero vivenciada nas escolas.

No Brasil a temática da violência vem sendo tratada por diversos autores. Dentre eles, Pino (2007) entende que há uma forma evidente que abrange as explosões de violência que atraem a atenção das pessoas a exemplo dos atentados, sendo denominadas violências objetivas. Segundo ele, há outra forma, menos evidente, relacionada à estrutura social, que diz respeito à percepção cotidiana de normalidade, denominada violência subjetiva a qual tem como exemplo a violência simbólica que acontece através da linguagem e das imposições discursivas.

Recuero e Soares (2013) ressaltam em suas análises de Bourdieu que a violência simbólica também pode ser entendida como uma violência silenciosa, pois suas vítimas no processo de socialização entre quem domina e é dominado não se reconhecem como vítimas porque não conseguem reconhecer a violência como tal.

Freire (1987) corrobora afirmando que a violência está nas mãos dos que detém o poder e oprimem a classe dominada, negando a esta os direitos que lhe são conferidos, colocando-a sob seu domínio. O mesmo ainda assinala que:

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas conforme se situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores (FREIRE, 1987, p.43).

Com base na afirmação de Freire (1987), podemos perceber quão grande e cruel é o poder que a classe hegemônica exerce sob a classe dominada, fato este que contribui para que se efetive a violência simbólica.

Com base na necessidade de aprofundamento das expressões desse tipo de violência escolar, o próximo tópico enfatizará a violência simbólica sob a luz de autores que defendem e aprimoram a abordagem deste tema.

4. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Quando se debate sobre o conceito de violência simbólica, debatemos também sobre o conceito do “poder simbólico”, categoria que teve como seu precursor o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo o mesmo, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). De acordo com o autor supramencionado,

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, “pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação” (BOURDIEU, 2001, p. 206).

No entanto, para reconhecer a violência simbólica, é preciso entender de que maneira esse poder simbólico atua na vida das pessoas. Segundo Bourdieu (1989), esse poder é exercido por meio dos sistemas simbólicos, que a tradição neokantiana apresenta como os universos simbólicos: a ciência, a língua, a arte, a religião, reconhecendo-os como símbolos edificadores e reveladores; instrumentos de conhecimento e construção do mundo.

Bourdieu (1989) enfatiza que os sistemas simbólicos tornam-se responsáveis por produções simbólicas, e que essas podem ser consideradas como instrumentos da hegemonia. Baseado em Marx, Bourdieu coloca que essas produções encontram-se relacionadas com os interesses das classes dominantes detentoras do poder. Assim, o autor supramencionado afirma que:

[...] A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 1989, p. 10)

Esta é uma cultura repassada de geração em geração, porém não compreendida como uma violência simbólica, mas como algo que faz parte do processo natural da vida, tornando-se difícil sua identificação, pelo fato de ser uma cultura da classe dominante, legitimada ao longo da história, principalmente, da história da sociedade capitalista, imposta à classe dominada. Desta forma, os sistemas simbólicos conseguem exercer a sua função social e política, com base em suas produções e acumulações de poder material e simbólico da classe detentora desses poderes.

Deste modo, os sistemas simbólicos desempenham a sua função política de instrumentos de ordem e de legitimação da dominação, contribuindo para assegurar o domínio de uma classe sobre outra resultando em uma violência simbólica “dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Partindo, então, da concepção que o poder simbólico atua no cotidiano da sociedade de maneira arbitrária, é possível entender que a violência simbólica pode ser considerada esta violência invisível, perspicaz e ainda mais ameaçadora que todas as outras violências, pelo fato de agir de maneira silenciosa, sem a coação física, que causa danos morais e psicológicos, exatamente por ser em sua maioria legitimada pela classe dominante, principalmente no que diz respeito às instituições. Para Vasconcellos (2002, p. 81):

[...] O termo violência simbólica aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras do direito ou morais, as práticas linguísticas e outras.

Portanto, a violência simbólica é esta violência que permeia as relações de poder, que é perceptível nas discriminações raciais e de gêneros colocadas de maneira indireta pela classe dominante. Entre outras também, é possível encontrá-la na violência verbal, utilizada entre docentes e discentes, descrevendo, assim, como a classe que domina economicamente impõe sua cultura à classe dominada. Nessa percepção, Carvalho (2011) coloca que,

A violência simbólica, então, se expressa na imposição "legítima" de certos valores, hábitos, ideias, pensamentos da cultura dominante. O dominado

não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima desse processo, pois acredita ser uma situação natural e inevitável, visto que a violência simbólica tem por objetivo fazer com que o indivíduo avalie e até mesmo aceite o mundo de acordo com critérios e padrões definidos pelo discurso dominante. (CARVALHO, 2011, p. 109).

Assim sendo, a violência simbólica encontra-se nos mais distintos espaços da sociedade, fazendo uso das mais diversas táticas de poder para coagir os indivíduos.

Nessa percepção, Bourdieu e Passeron (1975) falam sobre a Autoridade Pedagógica, que de maneira arbitrária e por conta própria estabelece os conteúdos, onde os docentes são obrigados a agirem de acordo com o que lhes é imposto de maneira simbólica, fazendo com que esses conteúdos sejam repassados para os discentes de maneira tal, que mantenham as classes dominantes sempre no poder exercendo seu domínio sobre a classe dominada. Isto é o que os autores chamam de inculcação e a concepção bancária da educação. O que para eles trata-se de uma verdadeira violência simbólica. Para Freire (1987), existe uma ideologia dominante quando,

[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los [...] No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção ‘bancária’ da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. [...] (FREIRE, 1987, p. 58)

Portanto, observando a linha de pensamento de Freire, nos é possível perceber que existe uma violência simbólica dentro do ambiente escolar, atuante e nociva, pois a partir do momento em que a educação se limita em transformar seus alunos em meros ouvintes de conteúdos repassados pela classe hegemônica, inclusive envolvendo o corpo docente nessa ideologia dominante, a violência simbólica surge de forma latente, pelo fato de que não ensinará os discentes a

pensarem criticamente, serão sempre pessoas observadoras dos acontecimentos passados e presentes.

Desta forma, Rosa e Brito (2007) colocam que, com base na dinâmica organizacional, a violência se traduz na realidade em que os indivíduos estão inseridos e como enxergam o ambiente de convívio, pois é através dos medos humanos das relações de poderes perversos e autoritários, que, por vezes, a violência passa despercebida, se tornando intrínseca nos processos organizacionais “subjacentes” ao processo de socialização.

Os autores supracitados ainda destacam dentro desse contexto as barreiras simbólicas que perpassam no sentido de oprimir a minoria de determinados grupos e isto ocorre quando tais minorias constroem representações contra aqueles que preservam a posição naturalizada na organização e o que tem se dado como certo ou errado pelos dominantes.

A partir desse ponto de vista, se percebe que nas escolas, bem como em outros espaços institucionais, existem comportamentos negativos que são expressos nos hábitos das instituições que fazem da violência simbólica um ato “normal”. Desta forma, fazendo da escola um lugar perfeito para a prática da violência simbólica, que com elevada possibilidade, não seria praticada somente entre alunos, mas também nas relações entre alunos e docentes, bem como, em toda relação de hierarquia existente no sistema educacional. Logo, fica perceptível que a violência simbólica realiza seu exercício por meio do uso de símbolos do poder hierárquico, atuando sem precisar fazer uso da força física.

Nessa percepção, o filósofo francês Michel Foucault em seu clássico “Vigiar e Punir: nascimento da prisão”, escrito em 1975, apresenta interessantes reflexões que estão relacionadas com a violência simbólica, que se realiza por meio da disciplina e que passou a existir a partir dos séculos XVII e XVIII como meio de dominação da classe hegemônica, exercida em muitos espaços institucionais, a exemplo da Igreja, dos hospitais, das fábricas e da escola.

Segundo Foucault (1987), os carrascos do século XIII foram substituídos por profissionais tais como: guardas, psiquiatras, educadores e psicólogos, que traziam consigo uma nova tecnologia de domínio que utilizava o poder legitimado de punir para elucidar e, portanto, persuadir acerca das decisões que seus superiores determinavam.

Cabral (2015) coloca que o direito de punir é exercido pela maioria dos profissionais, que usam o poderio da classe dominante e todos os mecanismos específicos em todos os lugares de onde estiverem para assegurar seus privilégios. A nova apresentação do poder com ideias de suavidade, lucro e de produção apresentadas nas instituições, transforma por meio dos saberes e poderes o “homem moderno” tendo por objetivo o poder, pois, para eles, o que vale é o ter, sempre em detrimento do ser.

Desta forma, os dois autores trazem que é possível identificar que a violência simbólica faz parte de um contexto histórico mundial, e sempre sob o prisma do capital, e que é exercida em muitas instituições, sempre bem realçadas nos discursos persuasivos da classe dominante, que no exercício do seu poder hierárquico e legitimado elucida o seu domínio sobre a classe dominada. No próximo item daremos continuidade a essa discussão enfatizando, de maneira mais específica, a reflexão dessa forma de violência dentro das escolas.

4.1 A escola e a violência simbólica

É importante entender que a escola não é somente reprodutora das violências que ocorrem na sociedade, mas que ela tem suas próprias formas de violências, e que estas têm suas diferentes hierarquias, fazendo reflexo no cotidiano. Destarte, é possível retirar a idéia de que a instituição reflete exclusivamente um nível de violência e que esta teria sua procedência fora da escola, pois, se assim fosse, estaria afastando do sistema de ensino sua responsabilidade no que diz respeito ao processo de produção e enfrentamento da multi-diversificação do fenômeno da violência.

Segundo Oliveira e Martins (2007), a violência simbólica pode se apresentar nas diversas categorias escolares com atitudes corriqueiras e não intencionadas. Como exemplos, podemos destacar que quando um professor, através do seu superior, é submetido à imposição de projetos de formação, projetos educativos, dentre outras ações, e não são consultados ou não são ativos na elaboração dos mesmos, estão sofrendo violência simbólica. Em contrapartida quando o professor usa de diversos artifícios para manter o aluno em silêncio através de ditados, por exemplo, sem intenção pedagógica, tornam a reproduzir a violência simbólica

deixando sobressair sua autoridade enquanto professor. Sobre a violência simbólica, Cabral (2015) assinala que,

A escola reflete os conflitos de classe presentes na sociedade, enquanto aparelho ideológico do Estado exerce e disfarça a violência simbólica através de um artifício da burguesia e pelas elites políticas para garantir seus interesses. Entretanto, a maioria dos educadores e educandos, ao invés de refletir sobre a educação problematizada, pautada em valores de organização e luta pela autonomia e compreensão do mundo tal qual se apresenta e, se pode intervir para transformar, infelizmente, ainda, contribui na efetivação da violência simbólica, e conseqüente, fortalecimento das propostas neoliberais embasadas em valores conservadores que atendem unicamente à minoria detentora do poder. (CABRAL, 2015, p. 59).

A partir disso a autora supracitada ainda coloca que para pensar a educação no espaço da escola é necessário “que se esteja alerta à qualidade da educação que se quer realizar, uma vez que ela tanto pode reforçar as faces de violências úteis a desigualdades sociais, como pode intervir para modificar a realidade dos indivíduos inseridos nesse contexto”. (CABRAL, 2015, p. 59).

Frente a essas colocações, e ao fenômeno da violência simbólica escolar, podemos perceber o quanto necessário e importante é a educação para o crescimento intelectual e político de uma sociedade. Assim, sendo, é importante entendermos que a violência não é vivida e observada por todos da mesma forma, isto porque a violência também pode ser associada ao gênero, a condições sociais, econômicas e culturais.

Desta forma, Charlot (2002) nos seus estudos sobre o fenômeno da violência escolar, enfatiza que:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro lugar.

A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas). (CHARLOT, 2002, p. 434 - 435).

Levando em conta o caráter do fenômeno, é interessante destacar que não são unicamente as ações de violência entre os discentes que merecem exposição, mas também a competência da instituição escolar, bem como, a de toda a equipe técnica-administrativa de tolerar e criar momentos de caráter conflituoso, vinculados à cultura da própria escola, sem que essas posições não agridam os estudantes que sob a autoridade da violência institucional e simbólica são obrigados a aceitarem o que lhes é imposto, por não conseguirem reconhecer que estão sendo vítimas de um ato de violência simbólica. Para tanto, Oliveira e Martins (2007) assinala que:

A violência que se configura dentro do espaço escolar, manifestada através do comportamento dos alunos, lança professores diante da confusão da possibilidade de um ensino libertador (caso seja esta a sua proposta) e de uma realidade insuportável, na qual os educadores recorrem a expedientes autoritários e até mesmo violentadores, a fim de manter a “ordem geral”. São estabelecidas regras, controles, punições e dominações para disciplinar os alunos em estados de rebeldia (OLIVEIRA E MARTINS, 2007, p.. 95).

Portanto, é nesse cenário que suscitam os conflitos e as tensões no ambiente escolar, que se torna possível entender melhor como se dar o seu funcionamento conferido à sua finalidade. Assim Sendo, Bourdieu e Passeron em A Reprodução (1975) abordam questões sobre a escola e, assinalam que, “Toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural.” (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p. 20).

Os autores supracitados ainda colocam que a violência simbólica só pode exercer sua função pedagógica “quando são dadas as condições sociais de imposição e inculcação” (BOURDIEU e PASSERON, 1975, p. 22).

Nessa percepção, Abramovay (2002) aponta que,

A violência simbólica é mais difícil de ser percebida do que a violência física, porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e de atividades de lazer; quando as escolas impõem conteúdos destituídos de interesse e de significado para a vida dos alunos; ou quando os professores se recusam a proporcionar explicações suficientes, abandonando os estudantes à sua própria sorte desvalorizando-os com palavras e atitudes de desmerecimento. Mas refere-se, também, à violência que sofrem os professores quando são agredidos, em seu trabalho e em sua identidade profissional, pelo desinteresse e indiferença dos alunos. [...] (ABRAMAVOY, 2002, p.335).

Desta forma, se percebe que a classe dominada é submetida à violência simbólica e, geralmente, não tem consciência porque quando a classe hegemônica impõe sua cultura e nega outras culturas, desvalorizando-as, a classe dominada fica inerte e não se opõe, pois o poder legitimado ao qual são subordinados lhes passa uma falsa consciência de que tudo isto faz parte do processo natural da vida.

Assim, a violência se torna um ciclo vicioso e reproduzível por todas as classes que são dominantes sobre as dominadas, desde o gestor às divisões minoritárias feitas pelos próprios alunos. Ainda que, muitas vezes, sem intenções concretas e sem entender que estão realizando um tipo de violência.

Freire (1987) corrobora afirmando que: “a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força da libertação dos oprimidos nem de si mesmos.” (FREIRE, 1987 p. 30). Ainda, segundo o autor supracitado, os diretores das instituições se encontram envolvidos de maneira tal nesse sistema, que ao exercer seus poderes terminam por desenvolverem um tipo de “violência horizontal”, em que incumbe a si mesmo o direito de agredir aos profissionais dentro do ambiente de trabalho, bem como os discentes, utilizando-se de várias táticas, como: exclusão de alguns, inclusões de outros, também atendendo as ordens que vem dos seus superiores.

A partir da compreensão de que a violência não é um processo natural, mas como um produto histórico e social vivenciado por todas as classes sociais, etnias e raças, entendemos que o/a assistente social, por ser um (a) profissional que tem por objeto de estudo as expressões da questão social, nas quais a violência está inserida, pode ter uma intervenção e mediação importante na realidade dos sujeitos envolvidos nesta expressão específica da questão social que é a violência escolar. Portanto, diante disso, o próximo item enfatizará a atuação do assistente social na área educacional no fenômeno da violência.

5. ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Ao longo da sua caminhada o profissional da área de serviço social tem como objeto de estudo e trabalho as expressões da questão social, a qual se encontra nas

muitas faces da desigualdade social oriunda do capitalismo, que, por sua vez, é um sistema explorador em potencial da classe dominada.

Com este propósito os/as assistentes sociais atuam dentro dos diversos campos das políticas sociais, sendo um deles o campo da educação. Cruz et al. (2013) assinalam que:

A presença do serviço social na área da educação remonta à década de 1930 desde a gênese dos processos sócio-históricos que constitui a profissão. Entretanto, é na década de 1990 que o debate acerca da atuação desses profissionais na educação ganha destaque em conformidade principalmente com o amadurecimento teórico-político da profissão, expresso na construção do projeto Ético-Político profissional. (CRUZ et al., 2013, p. 2).

Assim, o/a assistente social que atua na área da educação se depara no seu cotidiano profissional com muitas das expressões da questão social, dentre elas as diferentes manifestações de violências escolares, advindas das divisões sociais impostas pela classe dominante.

Contudo, frente a essas questões, o/a assistente social que atua na área educacional se propõe embasado no seu conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a pensar em formas eficazes para intervir em determinadas realidades sociais, tendo como objetivo do exercício profissional a viabilização do direito à política de educação e à ampliação da cidadania dos alunos/as, para que cada indivíduo possa usufruir de uma vida mais digna. Assim sendo, o CFESS (2012) coloca que,

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (p.33).

O trabalho que os/as assistentes sociais têm desenvolvido nas escolas é de grande importância para a área educacional, pois possibilita aos alunos, por meio de intervenções como: projetos, debates temáticos e elaboração de pesquisas, condições para o exercício da cidadania, bem como proporciona a inclusão de

crianças, adolescentes e adultos no âmbito educacional, inclusive tendo a preocupação de não deixar essa inclusão somente na escola, mas ampliando para outros espaços da sociedade.

Logo, é de suma importância destacar que o/a assistente social no campo da educação contribui para a efetivação de estudos sociais, buscando informações que identificam fatores socioeconômicos e culturais que mais afligem o âmbito educacional na conjuntura atual; sugerindo prováveis alternativas para os grandes problemas sociais que muitas crianças e adolescentes vivenciam no seu dia a dia; bem como realizando encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais quando necessário, para atender ao corpo discente e também às famílias, de maneira especial a aquelas que estão em situação de risco.

Assim, no contexto atual, onde as desigualdades sociais também acontecem dentro do ambiente escolar, o/a assistente social busca realizar uma integração entre escola-aluno-família e, principalmente, tenta trazer a família para o contexto escolar. Entretanto, segundo o CFESS (2012), é importante que,

Nesse sentido, ao considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional, torna-se fundamental que, no âmbito das atribuições e competências profissionais, seja vedada a conduta que reproduz censura e policiamento dos comportamentos, inculcando dominação ideológica e alienação moral. (p. 33).

Deste modo, o/a assistente social na escola, frente às diversas expressões da questão social do cenário contemporâneo, precisa estar articulado com tal conjuntura, especialmente no que diz respeito ao fenômeno da violência, para poder atuar junto à comunidade escolar, uma vez que o/a assistente social é aquele profissional que muito tem contribuído junto ao corpo técnico-administrativo e docente, elaborando e trabalhando formas e meios de identificar e combater a violência escolar no sentido geral e simbólico.

Conforme a lei de regulamentação da profissão de serviço social (Lei 8.662/1993) se constitui como uma das competências do (a) assistente social: “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil” (BRASIL, 1993, art. 4º, inc II).

Nesse sentido, o/a profissional de serviço social no campo da educação deve ser reflexivo em seus atos, ter senso crítico, além de ser criativo. Também deve trabalhar na construção de propostas que possam intervir nas mais diversas facetas da violência escolar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que a escola é um espaço que, depois da residência, se torna o segundo lugar que os indivíduos passam a maior parte de seu tempo, desde a infância até a vida adulta. É neste ambiente que se molda o indivíduo aos seus diferentes modos de refletir sobre o mundo e de se relacionar com pessoas e ideários distintos, onde se torna possível construir e desconstruir valores, conceitos e preconceitos. Por este motivo, a escola também se torna um lugar propício para se desenvolver as inúmeras facetas da violência, dentre elas a simbólica.

No Brasil vivemos em uma sociedade capitalista, onde a distribuição de renda se dá de forma desigual, até mesmo desumana, onde a classe proletariada coexiste com um poder aquisitivo que atende tão somente as suas necessidades básicas, onde a minoria, ou seja, a classe hegemônica vive com um alto poder aquisitivo, que lhe proporciona um alto padrão de vida. Assim, a desigualdade social, sem dúvida, contribui para o crescimento da violência em decorrência das inúmeras expressões da questão social como, por exemplo, a fome, o desemprego, a falta de assistência médica, de educação, entre tantas outras que afetam a maior parte da população.

Desta maneira, a violência que ocorre no interior das escolas não pode ser compreendida como algo que é natural ou mesmo individual, mas sim como reflexo de uma violência estrutural, inerente ao modo de produção capitalista. Logo, percebemos que é imprescindível que o Estado, uma vez que tem forte influência nas relações de força, tome determinadas posições em favor das escolas, e de forma especial em favor das escolas públicas, criando, assim, políticas públicas que contribuam para o combate a essas violências que causam insegurança na comunidade escolar, nas famílias e na sociedade em geral.

Dessa forma, compreendemos, então, que é dever do Estado, no que diz respeito à escola, dar suporte necessário às instituições escolares para que possamos ter uma educação de fato e de direito voltada para todos, onde todos

tenham as mesmas oportunidades e façam parte dos mesmos processos de direitos e deveres a serem cumpridos.

Foi por meio da observação feita pelo serviço social da Escola Municipal Ana Azevedo, acerca da banalização da violência escolar, que foi realizado na instituição o projeto de intervenção contra a violência, já aqui mencionado, intitulado: Trabalhando a Identificação e o Combate às Violências na Escola. Esse projeto foi de grande relevância para a instituição, pois toda equipe técnica-administrativa, docentes, discentes, familiares, e equipe de estagiárias de serviço social contribuíram para a realização dessa intervenção, que se tornou uma rica experiência, da qual levamos como aprendizagem a certeza de que um trabalho educativo e emancipador trará para comunidade escolar outra realidade, onde a violência não terá tantos espaços para se expandir. Podemos dizer que como fruto desse trabalho interventivo tivemos uma conscientização dos que fazem a escola e, principalmente, das crianças para dizer não a violência.

A partir do exposto, concluímos que inúmeros são os conceitos apresentados sobre a violência, bem como sua complexidade, a qual nos mostra que para sua identificação (no caso da violência simbólica) e seu combate, não é somente uma solução simplificada que resolverá este fenômeno, mas um aprofundamento sério e comprometido por parte dos que detém o poder.

Tudo isso para que o ambiente escolar possa, de fato, exercer sua função principal que é contribuir com a formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, por meio da educação emancipadora, para que tenhamos uma sociedade com cidadãos dotados de valores éticos, políticos e críticos.

ABSTRACT

Since the conception that school should be a space that has like a purpose the intellectual development of its student organization and the citizenship construction concern for each of one of them, this article will present in its content a theme, already much discussed in schools environment; nevertheless, it doesn't least important, because it discus about the school violence, a fact that has been taken a gigantic proportions in Brazilian schools. However, the main objective will be to address a specific type of school violence, this symbolic violence is present in a considerable and worrying manner in education field, because as a institutionalized education is the main protagonist of the maintenance of "symbolic power", which submits the students and, even, the teachers who have the power, in this way, to achieve their goals. Therefore, this article will contemplated a bibliographic study, where we abraded that theoretical foundations authors, like: Pierre Bourdieu (1989)

the author of the concept of symbolic violence; Michel Foucault (1987); Paulo Freire (1987), Miriam Abramovay (2002); as another authors who deal this subject highlighted. Based on the results of this bibliographic research, we obtained a improved comprehension about what is symbolic violence, through a critical, ethical and political perspective, that permit a detailed study for the identification of this phenomenon.

Keywords: School Violence. Symbolic violence. Institutionalized education.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ARAÚJO, Marcelo José. A Violência simbólica: uma difícil percepção. In: **Montes Claros**, v.6, n.2 - jul./dez. 2004- Disponível em:
<http://unimontes.br/index.php/periodicos-da-unimontes> Acesso em: 11 set. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm

Acesso em: 04 de out. 2016.

_____. **Lei 8.662/93, de 7 de junho de 1993**, que regulamenta a profissão de assistente social. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 08 set. 2016.

_____. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/lei11340.pdf>

Acesso em: 05 out. 2016.

CABRAL, Maria das Graças. **As Faces da violência na escola pública**: estudo de caso em instituição da rede municipal de ensino. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise da Educação) - Centro Avançado de Ensino Educação e Cultura – CAEEC, Campina Grande, 2015.

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de. Violência simbólica em contextos escolares: o discurso de autoridade no filme “entre os muros da escola”. In: **Poíesis Pedagógica** - v.9, n.2, ago/dez, 2011; p.102-119. Disponível em:

[file:///C:/Users/Windows/Downloads/17304-70772-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows/Downloads/17304-70772-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 13 out. 2016.

CAZAGRANDE, Magno Cassiano; PERUZZOLO, Adair Caetano. O Fenômeno da Violência e Sua Relação Com Meios de Comunicação, Comunicação Humana e Estado. In: **Revista LEVS/UNESP**, edição 10. Marília, Dezembro/2012.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília, 2012.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: **Sociologias**, v. ano 4, n. jul. dez, p. 434-435, Porto Alegre, 2002.

CRUZ, Tatiane Oliveira et al. **Uma Análise Sobre a Atuação Do/a Assistente Social Na Educação**: notas para o debate. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasesedesafiosdaspoliticadedeeducacao/umaanalisesobreaatuacaodoaassistente-socialnaeducacao-notasparaodebate.pdf> Acesso em: 26 ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MALDONADO, Daniela Patrícia Ado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. In: **Revista Psicologia em Estudo**, v.10, n.3, Maringá, 2005.

MELO, Flávia. et al. **Indisciplina e violência na escola**. Abr. 2012.

Disponível em: http://pt.slideshare.net/lucia_nunes/indisciplina-e-violencia-na-escola
Acesso em: 04 de out. 2016.

MORAES, Paula Louredo. Xenofobia. In: **Brasil Escola**. 2016. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/doencas/xenofobia.htm>>. Acesso em: 05 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, Erika Cecilia Soares; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo á falência da palavra. In: **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n.1, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Enfrentamento à violência na escola. In: **Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos**. Curitiba: SEED – Pr., 2010.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. In: **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 763-785, Campinas, out. 2007. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1012.pdf> Acesso em: 11 set. 2016.

RECUERO, Raquel; SOARES, Priscilla. **Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. Galáxia (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

ROSA, Maria José Araújo. **Violência no Ambiente Escolar: Refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem**. Itabaiana: GEPIADDE, Ano 4, Volume 8, jul-dez de 2010.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. In: **I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho**. Natal/RN, anais, 2007.

SÁ-SILVA, J. R. et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I, Número I, Julho, p. 1 – 15, 2009.

SANTOS, J. V. Tavares dos. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. In: **Educação e Pesquisa**, v.27, n.1, p. 105-122, São Paulo, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a08v27n1.pdf>
Acesso em: 08 out. 2016.

SENRA, Angela. **Professores também são vítimas de ciberviolência**. Ago. 2010. Disponível em: <http://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2010/08/18/professores-tambem-sao-vitimas-de-ciberviolencia.htm>. Acesso em: 14 out. 2016.

SILVA, Maria Gracirene Lima; SOARES, Gladys Maria Rosa Saraiva; SILVA, Jovina da. **Violência Escolar: implicações no processo ensino aprendizagem**. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt7/GT7_2006_04.PDF Acesso em: 19 set. 2016.

SIMÕES, Fernanda Maria. **Ciberviolência**: o que é? Abr. 2010. Disponível em:
<http://projetciberviolencia.blogspot.com.br/2010/04/ciberviolencia-o-que-e.html>
Acesso em: 14 out. 2016

SOUZA, Liliane Pereira de. A Violência Simbólica na Escola: Contribuições de Sociólogos Franceses ao Fenômeno da Violência Escolar Brasileira. In: **Revista Labor**, nº7, v.1, 2012. Disponível em:
http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume7/2_A_violencia_simbolica_na_escola_-_Liliane_Pereira.pdf Acesso em: 26 ago. 2016.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. In: **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, Abril/2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.